

RODRIGO FRANCISCO DE PAULA

ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA

Prefácio

MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA

Apresentação

NELSON CAMATTA MOREIRA



O Brasil tem vivido, nos últimos anos, situações recorrentes de emergências na saúde pública em razão de epidemias que colocam em grave risco a saúde da população, exigindo uma atuação eficiente do governo. Esta obra se propõe, então, a analisar criticamente a legitimidade das ações de governo no estado de emergência na saúde pública, discutindo seus limites e possibilidades, tratando de temas como internação compulsória para realização de tratamento de saúde; vacinação obrigatória; ingresso forçado em imóveis particulares para fins de controle sanitário; isolamento de pessoas, grupos populacionais ou áreas; além de outras tantas providências que podem ser tomadas no interesse da prevenção, do controle ou da erradicação de epidemias. A análise crítica é feita considerando as particularidades do constitucionalismo brasileiro, com grande parte da população vivendo sem acesso aos direitos mais básicos de cidadania, bem como os desafios no estabelecimento de um marco regulatório para as ações de governo no estado de emergência na saúde pública.

Autor

Rodrigo Francisco de Paula

ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA

Área específica

Direito Constitucional.

Áreas afins

Gestão da saúde pública.

Público-alvo/consumidores

Estudantes de Direito e profissionais que atuam na Advocacia Pública (Procuradores Federais, Estaduais e Municipais).

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001182

P324e

Paula, Rodrigo Francisco de

Estado de emergência na saúde pública/ Rodrigo Francisco de Paula.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

216 p.

ISBN: 978-85-450-0267-3

1. Direito Constitucional. 2. Direitos Humanos. 3. Filosofia. I. Título.

CDD 341.2

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PAULA, Rodrigo Francisco de. Estado de emergência na saúde pública. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 216 p. ISBN 978-85-450-0267-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira..... 15

APRESENTAÇÃO

Nelson Camatta Moreira..... 19

INTRODUÇÃO 23

CAPÍTULO 1

O POTENCIAL DE DESTRUIÇÃO DAS PESTES E O PROBLEMA

DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA 35

1.1 Vigilância epidemiológica e intervenção estatal na vida privada...35

1.1.1 Origens e fundamentos da vigilância epidemiológica37

1.1.2 Ações de vigilância epidemiológica e limites dos direitos individuais: o estado da arte da dogmática jurídica.....45

1.2 A peste como fenômeno jurídico-político.....50

1.2.1 Saúde como um direito fundamental e saúde pública como um dever do Estado.....51

1.2.2 Legitimidade das ações de governo no estado de emergência na saúde pública.....58

CAPÍTULO 2

O RISCO DO ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE: UMA CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA DA

CONSTITUIÇÃO..... 63

2.1 Epidemia: a potência de um estado de exceção e a fragilidade de um conceito.....63

2.1.1 Análise do discurso epidemiológico: a potencialidade de um estado de exceção e o paradigma da biopolítica64

2.1.2 Hipostasia do conceito de epidemia: o exemplo da estratégia epidemiológica de vigilância e controle das causas da violência73

2.2 O estado de exceção permanente na Teoria da Constituição.....76

2.2.1 Diagnóstico e crítica de uma forma de totalitarismo moderno: o estado de exceção permanente como um paradigma de governo.....77

2.2.1.1 A “guerra contra o terror” e a “constituição da emergência”79

2.2.1.2 A zona de indeterminação do estado de exceção permanente e o (re) aparecimento da política.....89

2.2.2 A Teoria da Constituição como lugar de crítica do direito constitucio-

CAPÍTULO 3

CONTAR A REVOLTA DA VACINA NA HISTÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO: QUANDO A INVASÃO GEROU A REVOLTA.....	121
3.1 Historiografia recente da Revolta da Vacina: rebeldes, mas não insanos	121
3.1.1 O exemplo privilegiado da Revolta da Vacina: os dilemas da modernização do Rio de Janeiro no início do século XX.....	123
3.1.2 A reforma sanitária de Oswaldo Cruz, a resistência do povo e a reação do governo	127
3.2 (Re)Contar a história constitucional: entre o passado e o presente do constitucionalismo brasileiro.....	133
3.2.1 Por uma política da justa memória do constitucionalismo brasileiro.....	136
3.2.1.1 Eternidade e permanência do ato de fundação e do projeto constituinte	137
3.2.1.2 Memória e esquecimento das lutas por direitos no Brasil	147
3.2.2 Um possível significado da Revolta da Vacina para a história do constitucionalismo brasileiro.....	159

CAPÍTULO 4

A DIGNIDADE DA REVOLTA: CONTRA TODA POLÍTICA DE HIGIENIZAÇÃO	165
4.1 Em guerra contra a peste: limites e possibilidades da intervenção do Estado na vida privada no estado de emergência na saúde pública.....	165
4.1.1 Ações de governo no estado de emergência na saúde pública e limites dos direitos fundamentais	166
4.1.2 Estratégia epidemiológica na gestão de problemas sociais orientada pelos impactos que eles trazem à saúde pública	180
4.2 Em defesa da revolta: a ação diante do absurdo	184
4.2.1 O absurdo da política de higienização.....	185
4.2.2 Ação, revolta e responsabilidade.....	189
CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS.....	209